

A REPRODUÇÃO SOCIAL DE AGRICULTORES FAMILIARES
NO SUDOESTE DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DAS
CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS

THE SOCIAL REPRODUCTION OF FAMILY FARMERS IN
THE SOUTHWEST OF PARANA: AN ANALYSIS OF THE
SOCIOECONOMIC CHARACTERISTICS

Brasil

Ana Paula Schervinski Villwock*
Marco Antônio Verardi Fialho**
Patrícia Eveline dos Santos Roncato***

Resumo: A crescente orientação das práticas sociais para o mercado fez com que a reprodução social dos agricultores familiares fosse alterada. Sabendo que na agricultura moderna a reprodução social da agricultura familiar se consolida pela capacidade de adaptação aos novos contextos sociais, questiona-se sobre quais seriam as características socioeconômicas dos agricultores familiares do Sudoeste do Paraná? Para tanto, procurou-se analisar as estratégias de reprodução social baseada em três indicadores: terra, capital e trabalho. Como resultado, identificou-se que as unidades produtivas possuem como principais estratégias de produção o leite com manejo de pastagens e a produção de soja, e que os mesmos são eficientes para reprodução social das famílias em termos de renda, mas que precisam de força de trabalho, área de terra e investimento em tecnologias.

Palavras chave: Estratégias de reprodução social; Terra; Trabalho; Renda agrícola.

Abstract: The increasing market orientation of social practices altered the social reproduction of family farmers. Knowing that in the modern agriculture the social reproduction of family farming is consolidated through the ability of adaptation to new social contexts, this paper seeks to find out what the socioeconomic characteristics of family farmers in the Southwest of Paraná is. To achieve its purpose, social reproduction strategies were analyzed based on three indicators: land, capital and labor. The results revealed that milk with pasture management and soybean crops are the main production strategies in the productive units, and that they are efficient for the social reproduction of the families in relation to their income, but they also require workforce, land areas and investment in technologies.

Keywords: Social reproduction strategies; Earth; Job; Farm income.

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

* Aluna de Doutorado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria - RS, Brasil. E-mail: ana.agronomia@gmail.com
** Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria - RS, Brasil. E-mail: marcoavf@hotmail.com
*** Professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Santana do Livramento - RS, Brasil. E-mail: patriciaeveline@gmail.com

Introdução

Os estudos e pesquisas referente à reprodução social da agricultura familiar vêm mostrando diferenças no modo de reprodução da agricultura familiar brasileira, pois o meio rural passou por inúmeras mudanças influenciadas pelo processo de modernização. Foram alteradas não somente as relações sociais, mas também as relações de produção, com a família e também com o mercado, sendo que essas transformações ocorreram em torno de uma discussão acerca do grau de atraso do modelo de produção agrícola do país, e observou-se uma série de medidas que resultou na modernização conservadora, seguindo os ditames da Revolução Verde, centrados na tecnificação agrícola.

Com a Revolução Verde, o Brasil passou por significativas mudanças ao longo dos anos. O setor agrícola absorveu quantidades crescentes de crédito agrícola, incorporou os chamados "insumos modernos" ao processo produtivo, aumentou a produtividade, mecanizou a produção, integrou-se aos modernos circuitos de comercialização, permitiu o aumento da produção de matérias-primas e alimentos para a exportação e para o mercado interno.

A Revolução Verde serviu de carro chefe para ampliar a venda de pacotes tecnológicos, ou seja, a venda de insumos agrícolas modernos: máquinas, equipamentos, implementos, fertilizantes, defensivos, pesticidas, etc. Entretanto, no caso do Brasil, essas tecnologias beneficiaram somente algumas regiões, alguns produtores e produtos, pois o pacote tecnológico vendido ao país estava associado a elevados custos de produção, gerando grande exclusão no campo brasileiro (BRUM, 1988).

Em outras palavras, houve a alteração da base técnica da agricultura, que, associada à sua articulação com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, levou à formação do chamado "complexo agroindustrial" (GRAZIANO DA SILVA, 1993). Essa modernização teve efeitos, como, por exemplo, êxodo rural acentuado, aumento da taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, crescimento da taxa de autoexploração nas propriedades menores, diminuição da qualidade de vida da população trabalhadora do campo e as disparidades de renda.

Além dos fatores citados acima, para Graziano da Silva (1999), o processo de modernização da agricultura brasileira, "ao promover a substituição de elementos produzidos internamente pelo complexo rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos químicos) e intra-setoriais (sementes, mudas, reprodutores animais etc.), colabora para o desenvolvimento do mercado interno". Graziano da Silva (1993) acrescentou que o agricultor precisou se adaptar, se apropriar das tecnologias, para se manter integrado ao mercado e inserido no contexto da modernização. Entretanto, segundo Corona (1999), para que esse agricultor familiar esteja inserido e

adaptado ao contexto da modernização, ele busca na sua própria experiência elementos que possibilitem respostas aos novos desafios do desenvolvimento rural.

É nesse ponto que a proposta teórica formulada por Lamarche (1993) deve ser analisada, pois os agricultores familiares são portadores de uma tradição (baseada na família, nas formas de produzir e no seu modo de vida), valorizando recursos internos como elementos primordiais para as suas estratégias de reprodução, mas atentos às transformações sociais que possibilitem melhores condições de sobrevivência da família no presente e atenção a possíveis adaptações necessárias para garanti-la no futuro.

Lamarche (1993) acrescenta ainda que agricultores que trabalham e decidem suas ações em família, recorrem, quando necessário, ao trabalho assalariado. Assim, para ter a concepção do processo de reprodução da agricultura familiar é preciso observar que os processos produtivos e reprodutivos são simultâneos, e que a reprodução não é somente material e produtiva, mas também social, cultural e ideológica (PERONDI; RIBEIRO, 2000). As sociedades reproduzem condições específicas de sua existência, como um agricultor quando se mune de uma contínua reconversão de parte de seus produtos em meios de produção, criando no seu processo e dos que se assemelham condições de reproduzir toda uma sociedade camponesa.

As atitudes tomadas pelas unidades de exploração familiar, como variar intensidade do trabalho, o ciclo e a divisão do trabalho, ampliando ou restringindo o consumo, são formas que as famílias encontram para se protegerem das forças externas como exploração e restrição fundiária. Essas variações feitas pelos agricultores familiares são algumas alternativas que regem a reprodução da agricultura familiar.

As estratégias de reprodução de uma unidade de produção familiar devem-se aos fatores internos, mas, também, estão simultaneamente ligadas aos fatores externos à unidade de produção. Apoiado nessas observações, o estudo objetiva identificar as características socioeconômicas dos agricultores familiares do Sudoeste do Paraná. Para tanto, procurou-se analisar as estratégias de reprodução social baseada em três indicadores: terra, capital e trabalho. Salienta-se a importância de analisar situações empíricas representativas da diversidade social e econômica existente entre os estabelecimentos rurais de menor porte com gestão familiar na agricultura brasileira.

Nessa perspectiva, considera-se que reprodução social da agricultura familiar apresenta diferentes componentes voltados à dinâmica da unidade de produção, sendo que esse estudo se atenta para a avaliação dos diferentes componentes constitutivos da reprodução das famílias agricultoras partindo da renda. Ademais, estudar as diferentes estratégias de renda adotadas pelos agricultores pode ser alvo de pesquisas

que busquem compreender melhor como essas escolhas influenciam economicamente e socialmente os resultados reprodutivos das famílias.

Reprodução Social da Agricultura Familiar

As transformações vividas pelos agricultores familiares modernos não representam uma ruptura definitiva com as formas anteriores, mas, ao contrário, mantêm um vínculo com a tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação, com particularidades às novas exigências do mercado (WANDERLEY, 2001).

Para a mesma autora, a agricultura familiar combina a propriedade dos meios de produção com o trabalho no estabelecimento, com a produção para o consumo e para o mercado. Ou seja, as diferentes estruturas produtivas que associam família-produção-trabalho resultam na forma como ela age econômica e socialmente, influenciando diretamente na renda dos estabelecimentos.

Além disso, a agricultura familiar caracteriza-se por atender a objetivos que buscam suprir, concomitantemente, necessidades de reprodução do grupo doméstico e das gerações subsequentes. Assim, a estrutura produtiva e os objetivos de reprodução dos agricultores familiares produzem a especificidade do processo, do sistema de produção e da centralidade da constituição do patrimônio familiar.

Dessa maneira, ressalta-se que, para Lamarche, o conceito de agricultura familiar é definido como:

A agricultura familiar, tal como concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a terra e o trabalho estão intimamente ligados a família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993, p.15).

Pode-se observar, através dessa definição supracitada, que os conceitos de agricultura familiar, para Wanderley e Lamarche, são conexos, pois a identificação dos conceitos permeia a interdependência dos três fatores (família, produção e trabalho) e constrói uma dinâmica que implica em como o agricultor familiar concebe o patrimônio familiar e como ele dinamiza as formas de reprodução da sua família. Com isso, os membros da família operam dentro de uma lógica organizada em torno de saberes e valores capazes de assegurar a produção e reprodução dos seus estabelecimentos.

Além disso, Almeida (1986) afirma que a reprodução social da agricultura familiar envolve duas dimensões: a reprodução de ciclo curto e a de ciclo longo. A reprodução de ciclo curto compreende-se na combinação de fatores relativos ao trabalho, conhecimento tradicional e recursos naturais para atender ao consumo familiar e repor os insumos

necessários para o reinício do processo produtivo, ou seja, a reprodução de ciclo curto tem relação com a lógica econômica da família, englobando elementos como trabalho e consumo. No entanto, a reprodução de ciclo longo trata dos aspectos do ciclo geracional e da perpetuação das famílias através do nascimento, casamento, morte e herança.

Um aspecto importante da agricultura familiar é a produção, sendo que geralmente adota-se o que Chayanov (1981) chama de sistema produtivo de policultura-pecuária. O sistema é uma combinação de diferentes técnicas de atividades agrícolas e criação animal que tendem ao equilíbrio com o passar do tempo, ressaltando que esse equilíbrio só é possível pela capacidade de adequação e adaptação da organização social de caráter familiar.

Esta adequação diz respeito à qualidade e à quantidade do trabalho que está associado ao sistema de policultura-criação. Argumenta-se que essa adequação é um trabalho intensivo, que só os membros da família se dispõem a aceitar; por outro lado, a multiplicidade de tarefas que ele implica requer organização do trabalho, da mesma forma que uma grande diversidade de competências.

Na economia agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de produção familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem categoria salário, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda, e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra. (CHAYANOV, 1981. p.52)

Nesse sentido, conforme a produção familiar se moderniza e por consequência se integra aos processos de mercantilização da produção, observa-se uma importância de reconhecer o movimento interno na unidade de produção familiar. No geral, é possível perceber que, ao longo do tempo, a agricultura sofreu um profundo processo de transformação, em que o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde suas características de sociedade parcial e se integra à sociedade nacional.

Entretanto, Wanderley (2009) afirma que, do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro.

De certa forma, os agricultores familiares “enfrentam” os novos desafios com as “armas” que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo. Lamarche (1993) refere-se a isso como a conservação e transmissão de um patrimônio sociocultural, exercendo um papel fundamental no modo de funcionamento da agricultura familiar.

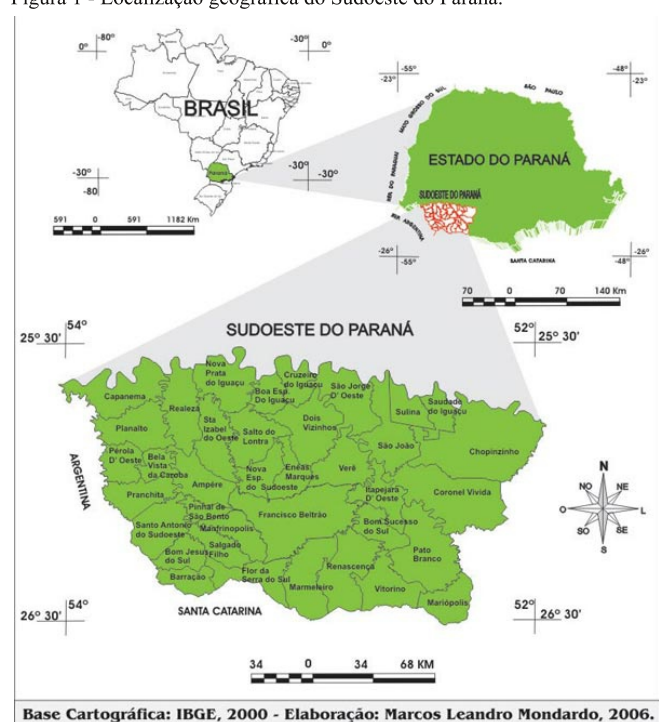
Por fim, cabe acrescentar o importante papel que a extensão rural exerce na agricultura familiar brasileira. De acordo com Peixoto (2008), uma assistência técnica

fornecida a agricultores familiares na difusão de novas tecnologias geradas pela pesquisa (e eventualmente pelos próprios agricultores ou pelos serviços de extensão rural) são essenciais aos desenvolvimento rural no seu mais amplo sentido (econômico, social, ambiental, etc.), ou seja, no desenvolvimento das atividades agropecuárias. Salienta-se ainda que a extensão rural é um processo de educação não formal que tem como objetivo contribuir para a elevação de qualidade de vida das famílias rurais e, por consequência, para o bem-estar da sociedade.

Metodologia

O estudo foi realizado na região Sudoeste do Paraná (Figura 1), que segundo IPARDES (2004), pode ser considerada a microrregião menos urbanizada do Paraná e possui grande predominância da agricultura familiar. Navarro (2002) acrescenta que da metade da região Sul do Paraná até a metade norte do Rio Grande do Sul se encontra o mais sólido “maçio da agricultura familiar brasileira”.

Figura 1 - Localização geográfica do Sudoeste do Paraná.



Fonte: IBGE (2000).

Nesse sentido, selecionaram-se 50 famílias que representam os sistemas de produção da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná, observando o ano de 2013. Essas famílias foram selecionadas segundo critérios de Ellis (2000), que afirma que a família não abarca somente relações consanguíneas, mas um grupo social que reside em um mesmo lugar, compartilha as mesmas refeições e tomam as decisões sobre o “futuro da família” de forma conjunta, sejam elas decisões sobre a utilização dos recursos e ou sobre a organização da propriedade.

Para essa análise, diferenciaram-se os

produtores por meio da renda, com o objetivo de avaliar as possibilidades de reprodução dessas unidades em função da lógica de organização da produção adotada na agricultura familiar. Os estabelecimentos familiares selecionados apresentam um continuum de variações concretas de cada sistema de produção, e os dados foram coletados por questionário semiestruturado.

A análise foi realizada através do Diagnóstico dos Sistemas de Produção, procurando-se detalhar os sistemas de produção agrícolas predominantes na região e quais as possibilidades de reprodução dessas unidades em função da lógica de organização da produção adotada.

Para os resultados econômicos dos sistemas de produção, os cálculos foram baseados na metodologia descrita por Lima et al. (1995) e o Guia metodológico “Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários” (convênio Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, 1999), que utilizam como base a Análise do Valor Agregado, sendo os indicadores explicados por:

- (1)- Produto Bruto (PB): valor de toda produção vendida, estocada e consumida pela família no período analisado, dentro da Unidade de Produção Familiar (UPF);
- (2)- Consumo Intermediário (CI): valor dos insumos e serviços adquiridos fora da UPF e utilizados na transformação da produção. Estes insumos são totalmente consumidos no processo produtivo;
- (3)- Depreciação (D): é o valor que corresponde ao desgaste dos meios de produção que existem no estabelecimento, mas que não são consumidos totalmente no processo produtivo (máquinas, implementos e benfeitorias);
- (4)- Divisão do Valor Agregado (DVA): despesas para manter a propriedade e que não pode ser descontada de um único sistema produtivo, tais como: arrendamento de terceiros, impostos relacionados à produção e à propriedade, juros de empréstimos financeiros e salários da mão de obra contratada;
- (5)- Renda total (R): é o que sobra do PB, descontadas todas as despesas da propriedade, ou seja, é a parte do PB que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar e ampliar o patrimônio. A renda total também é soma das outras rendas, como exemplificado na fórmula: $R = RA + RTS + ORT + ROF + RNA$;
- (6)- Renda agrícola (RA): quando envolvem a participação direta na produção animal e vegetal;
- (7)- Transferências Sociais (RTS ou rapos): aposentadorias, pensões, auxílios do governo, é classificada como um auxílio, e não propriamente como uma renda;
- (8)- Outras Rendas do Trabalho (ORT ou outreta): atividades agrícolas fora da UPF;

(9)- Renda de Outras Fontes (ROF ou routfont): relativo às cobranças de arrendamentos de terras, aluguéis, rendas com poupança, doações e aplicações. São rendas não oriundas do trabalho;

(10)- Renda Não Agrícola (RNA): renda do trabalho de atividades não agrícolas;

(11)- Superfície agrícola útil (SAU): superfície agrícola utilizada.

Para mensurar a força de trabalho utilizada no estabelecimento familiar, foram utilizadas as contribuições de Lima et al. (1995), os quais determinaram que uma Unidade de Trabalho Homem (UTH) representa 300 dias de trabalho de 8 horas diárias de uma pessoa adulta com idade entre 18 e 59 anos. Como no meio rural encontram-se pessoas ativas fora desta faixa etária, consideraram-se: crianças de 7 a 13 anos = 0,5 UTH; jovens de 14 a 17 = 0,65 UTH; adultos de 18 a 59 = 1 UTH; e idosos com mais de 60 anos = 0,75 UTH.

Para possibilitar a análise da reprodução social das famílias agricultoras, foram analisados os indicadores econômicos e sociais baseados na linha norteadora que caracteriza a agricultura familiar, segundo Wanderley (2009), que são: terra, capital e trabalho.

A metodologia utilizada para definir as tipologias de análise das famílias foi feita a partir da divisão das famílias de acordo com a mediana da renda total de cada família, ou seja, os grupos ficaram divididos entre: os grupos com as propriedades familiares que possuem a renda total acima da mediana (Alta Renda) e o grupo com propriedades familiares que possuem renda total abaixo da mediana (Baixa Renda).

A partir da tipologia de análise descrita, foi realizada a comparação dos indicadores dos dois grandes grupos através da análise do teste t de amostras independentes, que visa verificar se existe diferença entre a média de uma amostra (aleatória) e a média populacional. Ressalta-se que essas sistematizações e análises estatísticas foram feitas através do Programa Statistical Package for the Social Sciences - SPSS, com uma confiabilidade de 95%.

Resultados e discussões

A profunda desigualdade e a heterogeneidade da dinâmica da agricultura têm sido observadas mesmo em regiões integradas à lógica dos mercados globais, pois as atividades ligadas à produção agropecuária estão diante de um cenário por muitas vezes incerto e sujeitas às condições que os agricultores não controlam, como: crises econômicas, clima, mercado incerto, a inerente competitividade de um setor fragmentado e produtor de commodities. Entretanto, as famílias agricultoras possuem especificidades para lidar com as questões do mundo rural, ou seja, a reprodução social da agricultura familiar pode

apresentar-se de diferentes formas para um mesmo contexto global.

Conforme já detalhado na metodologia, as famílias entrevistadas foram divididas através da mediana da renda total, formando dois grandes grupos, ou seja, famílias com a renda total menor que a mediana e famílias com a renda total maior que a mediana. Assim, pode-se verificar quais foram os indicadores que impactaram nas famílias para que elas tivessem estratégias de reprodução social diferentes umas das outras.

Conforme a tabulação dos dados, que podem ser observados na Tabela 1, inicia-se a análise pelo indicador terra. Percebe-se que as famílias que possuíram renda total menor que a mediana tem a média da superfície agrícola útil (SAU) inferior às famílias com renda total maior que a mediana, sendo que essa diferença é altamente significativa, ou seja, as famílias com maior renda foram as que possuíram maior quantidade de SAU se comparado com as famílias do grupo de menor renda. Essa constatação pode estar relacionada a duas questões: a) os agricultores familiares que possuem maior renda implementam sistemas de produção mais extensivos que os agricultores de menor renda; b) os agricultores familiares de menor renda não dispõem de recursos ou meios de produção adequados, resultando em menor capacidade produtiva e, conseqüentemente, menor uso do fator terra.

Ainda sobre o fator terra, percebe-se que o mesmo acontece quando se compara a média da área própria dos dois grupos, ou seja, as famílias que tinham renda maior que a mediana possuíam significativamente maior quantidade de terras próprias. Nesse ponto, é válido ressaltar que quando se compara a SAU com a área própria das famílias com renda total maior que a mediana, percebe-se que a média da SAU (39,27 ha) é maior que a área própria das famílias (36,02 ha), demonstrando que as famílias com maior renda utilizam-se do arrendamento de terras de terceiros para ampliar a área utilizada na atividade agropecuária, o que não acontece nas famílias de menor renda.

Tabela 1 - Valores médios de uso da terra, trabalho, consumo, rendas e transferência social nas famílias do Sudoeste do Paraná, no ano de 2013.

		Unidade***	Baixa Renda	Alta Renda	p (α≠β)	
Indicadores	Nº de famílias		25	25		
	Terra	SAL	ha/fam	12,81	39,27	0,005 (**)
		RT/SAL	R\$/ha	R\$ 8.611,62	R\$ 3.719,41	0,697 (ns)
		RA/SAL	R\$/ha	R\$ 2.231,91	R\$ 2.809,89	0,072 (ns)
	Area prop.	ha/fam	15,00	36,02	0,018 (*)	
Terra/trab.	SAU/UTHtot	ha/hom	7,92	17,21	0,016 (*)	
Trabalho	UTHtot	Hom/dia	1,73	2,28	0,025 (*)	
	UTHagri	Hom/dia	1,55	1,99	0,066 (ns)	
	RT/UTHtot	R\$/hom	R\$ 19.332,13	R\$ 64.001,11	0,000 (**)	
	RA/UTHagri	R\$/hom	R\$ 9.295,56	R\$ 55.500,56	0,000 (**)	
Custo	CI	R\$/fam	R\$ 24.086,84	R\$ 72.884,03	0,001 (**)	
	D	R\$/fam	R\$ 4.170,41	R\$ 13.228,00	0,006 (**)	
	DVA	R\$/fam	R\$ 1.652,11	R\$ 9.658,63	0,114 (ns)	
Custo por trabalho	CI/UTHtot	R\$/hom	R\$ 12.618,09	R\$ 31.935,87	0,002 (**)	
	D/UTHtot	R\$/hom	R\$ 1.917,11	R\$ 5.796,16	0,006 (**)	
	DVA/UTHtot	R\$/hom	R\$ 942,62	R\$ 4.232,16	0,138 (ns)	
Renda	RTS	R\$/fam	R\$ 10.375,12	R\$ 6.589,52	0,103 (ns)	
	ROF	R\$/fam	R\$ 833,60	R\$ 10.764,40	0,150 (ns)	
	ORT	R\$/fam	R\$ 0,00	R\$ 11.592,00	0,231 (ns)	
	RNA	R\$/fam	R\$ 2.540,00	R\$ 6.771,20	0,163 (ns)	
	RA	R\$/fam	R\$ 13.470,91	R\$ 110.346,22	0,000 (**)	
	RT	R\$/fam	R\$ 27.219,63	R\$ 146.063,34	0,000 (**)	

* Significativo ao nível de 0,05.
 ** Significativo ao nível de 0,01.
 *** fam = família; hom = homens;
 (ns) = não significativo
 Fonte: Pesquisa de campo.

Ainda sobre o fator terra, os grupos não se diferenciaram entre si quando comparado a produtividade da terra em relação à renda total e à renda agrícola por unidade de área. Isso quer dizer que, apesar dos grupos de alta e baixa renda possuírem diferenças significativas de quantidade de terra, tanto própria como SAU, não significa que isso é transformado em produtividade por área e renda, pois não há significância na produtividade de renda por área de terra.

Ressalta-se que o indicador terra é de grande importância no estudo de caso, pois as atividades que mais se destacam são justamente as atividades que necessitaram de grande área para que se possa ter um bom retorno em termos de renda agrícola, que foram: produção de grãos e produção de leite com manejo de pastagem. Com isso, pode-se analisar que, apesar das famílias possuírem as mesmas estratégias de produção, ou seja, leite com manejo de pastagens e grãos, a maior área de terra faz com que os agricultores tenham maior renda nas famílias. Nesse sentido, as atividades extensivas estão diretamente relacionadas à renda, o que é possibilitado, conseqüentemente, pela maior produção de leite e de grãos.

Do ponto de vista do trabalho total, é significativa a diferença de disponibilidade de trabalho entre os grupos de baixa renda e alta renda, sendo maior a disponibilidade no grupo de famílias com maior renda. Entretanto, essa questão não é a mesma quando se considera apenas o trabalho agrícola; o ano de 2013 não apresenta uma diferença significativa no número de trabalhadores entre os dois grupos de renda.

Analisando ainda o trabalho como indicador, percebe-se que houve diferença significativa na renda total e na renda agrícola por unidade de trabalho homem total e agrícola, respectivamente. No que se refere à renda total por UTH total na propriedade, observa-se que o valor médio da família de baixa renda é de R\$ 19.332,13/UTH total e o valor médio das famílias de alta renda é de R\$ 64.001,11/UTH total, ou seja, a renda total/UTH total das famílias alta renda é três vezes maior se comparado com as famílias de baixa renda. Isso também acontece quando se compara a renda agrícola dividida pela UTH agrícola, pois as famílias de baixa renda possuíram renda agrícola de R\$ 9.295,56/UTH agrícola e as famílias de alta renda possuíram renda agrícola de R\$ 55.500,56/UTH agrícola, havendo diferença de seis vezes mais renda agrícola/UTH agrícola para as famílias de alta renda. Dessa forma, pode-se afirmar que, no que se refere à renda total e renda agrícola dividida por unidade de trabalho homem, há uma diferenciação significativa, pois o grupo de famílias com mais renda apresentou significativamente um maior retorno por trabalhador, seja UTH agrícola (famílias + contratada) ou UTH total na propriedade.

Ainda referente à Tabela 1, os indicadores de custo também apresentaram diferenças significativas entre os dois grupos quando analisados o consumo intermediário e a depreciação. Ressalta-se que, na análise, o consumo foi três vezes superior nas famílias com maior renda. Ou seja, no ano de 2013 o grupo

com maior renda também possuiu mais gastos com insumos e com depreciação de equipamentos e infraestrutura. Observa-se que, no que diz respeito ao divisor do valor agregado (DVA), não houve diferença significativa, mesmo o grupo de alta renda tendo numericamente maior valor por conta de arrendamentos e financiamentos de produção.

Ao se analisar o consumo por trabalhador, especificamente o Consumo Intermediário e a Depreciação relativos com a mão de obra (UTH), a diferença entre os estratos para essas mesmas variáveis foram significativamente diferentes, sendo maior nas famílias que possuíram renda total maior que a mediana de renda total. Ou seja, as famílias de alta renda gastaram mais com o consumo por mão de obra do que as famílias de baixa renda. Com isso, pressupõe-se que as famílias entrevistadas de alta renda possuem alto grau de mercantilização, o que também foi identificado por Conterato (2014) no Rio Grande do Sul, pois atividade agrícola focada na produção de grãos é extremamente externalizada, ou seja, os insumos da produção vêm de fora da unidade produtiva. Além disso, pode-se citar que, em momentos de chamado “vazio forrageiro”, a alimentação das vacas de leite fica por conta de insumos externos à propriedade (por exemplo, a compra de ração animal), o que faz aumentar os custos de produção oriundos de um manejo adequado de pasto.

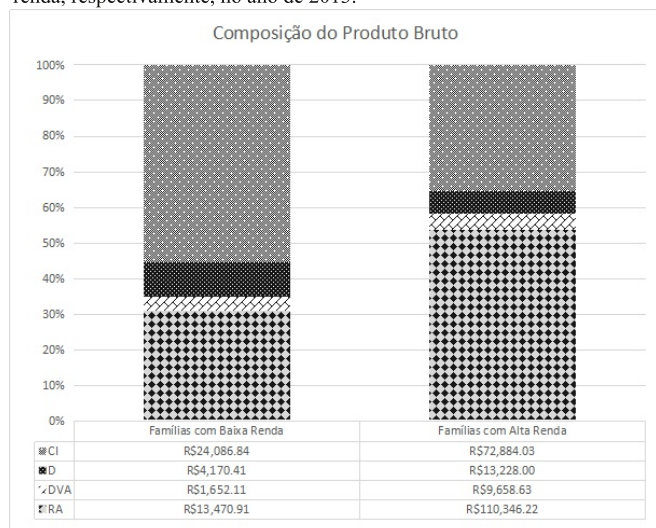
Outro ponto da análise é a quantidade de equipamentos necessários para a produção de grãos e leite. Segundo os dados da pesquisa, das 50 famílias estudadas, 20 famílias possuíam trator, 28 famílias possuíam ordenhadeira canalizada, e 30 famílias possuíam resfriador de leite a granel com ano de compra superior a 2003, mostrando que essas famílias possuem sistemas de produção extensivos e dependentes de máquinas e equipamentos para aumentar a produtividade da mão de obra e assegurar nível de renda capaz de sustentar aumento dos custos de produção e depreciação.

Finalmente, do ponto de vista da renda por família, sem levar em consideração o retorno por indivíduo, o grupo de famílias com maior renda obtiveram maior renda agrícola, e obviamente foram portadoras da maior renda total. Entretanto, quando se refere às transferências sociais, renda de outras fontes, outras rendas do trabalho e rendas não agrícolas, não há significância estatística entre a média dos grupos de alto e baixa renda, ou seja, não foi diferente o grupo de maior e menor renda para esses indicadores econômicos.

Além da análise das características socioeconômicas em ambos os grupos, apresenta-se a seguir a composição do produto bruto de ambos os grupos. A Figura 2 mostra que há uma grande proporção do produto bruto das famílias de baixa renda e alta renda que se encontra no consumo (composto da médias do DVA, D, e CI), sendo que nas famílias de baixa renda e alta renda o consumo é responsável 68% e 46% do produto bruto, respectivamente. Ou seja, proporcionalmente, as famílias de baixa renda tiveram um maior gasto que as famílias de alta renda, e, conseqüentemente, uma menor renda agrícola do que as

famílias de alta renda, pois possuem maior consumo do que renda agrícola.

Figura 2: Composição do Produto Bruto das famílias com baixa e alta renda, respectivamente, no ano de 2013.



Fonte: Pesquisa de campo.

Dessa forma, observa-se que, apesar de as famílias de alta renda possuírem maiores gastos monetários com a compra de insumos consumidos pelo processo produtivo e maiores gastos com depreciação de máquinas, equipamentos e infraestrutura, elas possuíram uma maior renda agrícola do que o grupo de baixa renda, pois o maior consumo, nesse caso, também gerou maior renda agrícola para as famílias. Ou seja, maiores investimentos em tecnologia têm sido, nas propriedades estudadas, uma das estratégias das famílias para aumentar a renda agrícola.

Por fim, nas famílias que possuíram renda total abaixo da mediana, observa-se que, apesar de possuírem menores gastos monetários quando comparadas às famílias de alta renda, esses gastos são proporcionalmente maiores, chegando a ser de 68% do PB, e restando apenas 32% para serem revertidos em renda agrícola. Ou seja, apesar de se ter um baixo consumo monetário se comparado às famílias de alta renda, os mesmos poderiam ser melhor revertidos em renda agrícola. Assim, pode-se observar que as famílias de baixa renda estão nessa situação por adotarem uma estratégia que não otimizou os recursos da propriedade e os tornou mais dependentes de insumos e serviços obtidos do mercado.

Vale ressaltar que tanto as famílias de alta renda como as de baixa renda também valorizam as oportunidades de rendas não agrícolas, sejam de base agrária ou não, porque minimizam o risco da dependência monetária do mercado agrícola. Kageyama (2003) advoga que a diversificação da renda é um seguro contra riscos climáticos e econômicos, impedindo que as famílias fiquem abaixo da linha de pobreza nos períodos de escassez agrícola ou de preços baixos, e as rendas complementares podem aumentar as chances de obter novos ativos físicos ou qualificações que ajudem a sair do patamar de pobreza a longo prazo.

Chayanov (1981) afirma que o produtor familiar

depende, para sua reprodução social, da preservação do seu patrimônio produtivo, que nada mais é do que o conjunto de meios necessários para a produção. Dessa forma, pode-se afirmar que as unidades produtivas avaliadas do Sudoeste do Paraná possuem como principais estratégias de produção o leite com manejo de pastagem e a produção de soja, que são sistemas de produção eficientes em renda, e, conseqüentemente, demandam força de trabalho, área de terra e investimento em tecnologias.

Considerações finais

O estudo mostra a importância da análise das características socioeconômicas dos agricultores familiares do sudoeste do Paraná, pois a partir dessas evidências empíricas reforçam as teorias sobre como se realiza a reprodução social da agricultura familiar. Primeiramente, pode-se afirmar que os indicadores que impactam diretamente na reprodução social da agricultura familiar são: renda agrícola, terra, trabalho e consumo de produção, sendo que cada uma delas tem a sua importância dentro de grupos distintos de famílias.

Quando se analisam as famílias de alta renda, percebe-se que as mesmas possuem uma maior quantidade de terra em comparação com as famílias com baixa renda, o que faz viabilizar os dois principais sistemas de produção da região: os sistemas de produção de leite com manejo de pastagem e a produção de soja. Entretanto, não se pode afirmar que isso tem impacto direto na renda, pois não se encontrou diferença significativa quando se compara a produtividade em relação à terra.

Analisando o indicador trabalho, observa-se que a disponibilidade de trabalho total da unidade de produção é significativa entre os grupos de baixa e alta renda, sendo que é maior no grupo de alta renda. Contudo, quando se considera a disponibilidade de mão de obra agrícola, no ano de 2013, não houve diferença significativa no número de trabalhadores entre os dois grupos de renda. Dessa forma, pode-se afirmar que o grupo de alta renda contrata mais unidades de força de trabalho que os grupos de baixa renda. Ainda analisando o trabalho como indicador, pode-se afirmar que, no que se refere à renda total e renda agrícola unidade de trabalho homem, há uma diferenciação altamente significativa, pois o grupo de famílias com mais renda apresentou significativamente um maior retorno por trabalhador.

Outro indicador que impactou na reprodução social das famílias de alta renda foi o alto investimento em consumo (D, DVA, e CI), ou seja, houve maior investimento em tecnologia de produção nas famílias de alta renda, ressaltando, conseqüentemente, maior dependência do mercado. Salienta-se que, mesmo dependentes, compõem esse mercado, ainda mais quando se trata de commodities (grãos) e uma produção especializada da atividade leiteira.

Dessa forma, considera-se que as famílias estudadas com alta renda possuem uma melhor capacidade de adequação do sistema produtivo e um melhor equilíbrio entre consumo e renda da propriedade. Esse resultado corrobora com argumentos que Chayanov (1981) defende sobre que os sistemas produtivos que combinam diferentes técnicas agrícolas e criação de animais devem atingir certo grau de equilíbrio entre gastos e rendas com o passar do tempo, e que esse equilíbrio só é alcançado pela capacidade de adequação (qualidade e quantidade do trabalho que está associado ao sistema de policultura-criação) e adaptação da organização social familiar.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Editora HICITEC, 1992. 296 p.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986.
- BRUM, Argemiro J.A. **Modernização da Agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1988. p. 31-89.
- CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense 1981. p.133-163.
- CORONA, H. M. P. **A Resistência Inovadora: A Pluriatividade no Sudoeste Paranaense**, Pr. 231 f. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 1999.
- CONTERATO, M. A. et al. O consumo intermediário na agricultura: uma comparação entre agricultura familiar e não familiar no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.). **Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. 1. ed. Brasília, v. 1, 2014. p. 133-162
- GARCIA FILHO, D. P. **Guia Metodológico Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários**. Brasília: INCRA/FAO, 1999. 65 p.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35. n. 2, p. 57-63, 1995.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, v. 7, n. 3, p. 2-10, 1993.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1). 28 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo da População**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 mai. 2018.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Leituras regionais**: mesorregião geográfica sudoeste paranaense. Curitiba, 2004. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&sistema=1&cod_sistema=1&ano_estudo=2004. Acesso em: 26 mai. 2018.
- KAGEYAMA, A. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 65-86, 2003.
- LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. I. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. 336 p.
- LIMA, P.; BASSO, N.; NEUMANN, P. S.; MÜLLER, A. G.; SANTOS, A. C. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1995. 222 p.
- NAVARRO, Z. **Do mundo da roça ao mercado**: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no Sul do Brasil. Brasília: NEAD, 2002. Relatório de pesquisa.
- NAVARRO, Z. **Os estabelecimentos rurais de menor porte sob gestão familiar e a estratégia institucional da Embrapa**: diversidade social, dinâmicas produtivas e desenvolvimento tecnológico. Projeto de Pesquisa da EMBRAPA Centro de Estudos e Capacitação em Agricultura Tropical. Chamada 05/2012 - Desenvolvimento Institucional – EMBRAPA – Distrito Federal, 2012.
- PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil**- Uma abordagem Histórica da Legislação. Texto para discussão, Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília, out. 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>
- PERONDI, M. A.; RIBEIRO, A. E. M. As estratégias de reprodução de sítiantes no Oeste de Minas Gerais e de colonos no Sudoeste do Paraná. **Organizações rurais e agroindustriais**, v. 2, n. 2, p. 3-15, 2000.
- TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999. 331 p.
- WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar**: realidade e perspectivas. 3.ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 21-55.
- WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 21 p.